



PREFEITURA DE
SAQUAREMA
CADA VEZ MELHOR

CONCURSO PÚBLICO

Auditor Fiscal

Data: 19/07/2015 - Tarde
Duração: 4 horas

Leia atentamente as instruções abaixo.

01- Você recebeu do fiscal o seguinte material:

a) Este **Caderno**, com 50 (cinquenta) questões da Prova Objetiva, sem repetição ou falha, conforme distribuição abaixo, e a proposta de tema para a Prova Discursiva:

Português	Conhecimentos Específicos	Discursiva
01 a 10	11 a 50	Tema

b) Um **Cartão de Respostas** destinado às respostas das questões objetivas formuladas nas provas.

c) Um **Caderno de Prova Discursiva**.

02- Verifique se este material está em ordem e se o seu nome e número de inscrição conferem com os que aparecem no **Cartão de Respostas**. Caso contrário, notifique **imediatamente** o fiscal.

03- Após a conferência, o candidato deverá assinar no espaço próprio do **Cartão de Respostas**, com caneta esferográfica de tinta na cor **azul** ou **preta**.

04- No **Cartão de Respostas**, a marcação da alternativa correta deve ser feita cobrindo a letra e preenchendo todo o espaço interno do quadrado, com caneta esferográfica de tinta na cor **azul** ou **preta**, de forma contínua e densa.

Exemplo:

A	B	■	D	E
---	---	---	---	---

05- Para cada uma das questões objetivas, são apresentadas 5 (cinco) alternativas classificadas com as letras (A, B, C, D e E), mas só uma responde adequadamente à questão proposta. Você só deve assinalar **uma alternativa**. A marcação em mais de uma alternativa anula a questão, mesmo que uma das respostas esteja correta.

06- **Será eliminado** do Concurso Público o candidato que:

- Utilizar ou consultar cadernos, livros, notas de estudo, calculadoras, telefones celulares, pagers, walkmans, régua, esquadros, transferidores, compassos, MP3, Ipod, Ipad e quaisquer outros recursos analógicos.
- Ausentar-se da sala, a qualquer tempo, portando o **Cartão de Respostas**.

Observações: Por motivo de segurança, o candidato só poderá retirar-se da sala após 1 (uma) hora a partir do início da prova.

O candidato que optar por se retirar sem levar seu Caderno de Questões não poderá copiar sua marcação de respostas, em qualquer hipótese ou meio. O descumprimento dessa determinação será registrado em ata, acarretando a eliminação do candidato.

Somente decorridas 3 horas de prova, o candidato poderá retirar-se levando o seu Caderno de Questões.

07- Reserve os 30 (trinta) minutos finais para marcar seu **Cartão de Respostas**. Os rascunhos e as marcações assinaladas no **Caderno de Questões** não serão levados em conta.

PORTUGUÊS

TECNOLOGIA E INFÂNCIA COMBINAM?

Há tempos a relação entre crianças e tecnologia divide opiniões e concepções educativas de famílias e escolas. Mas se antes a questão resumia-se a deixar os pequenos assistirem ou não a tevê ou a horas despendidas diante do computador, hoje – em tempos de novas tecnologias e dispositivos móveis – o debate ganha maior complexidade e escala.

Um estudo americano, de 2013, revela que 38% das crianças com menos de 2 anos utilizavam *gadgets*¹, ante 10%, em 2011. Na faixa etária de 2 a 4 anos, o índice subiu de 39% para 80% nesse mesmo intervalo de tempo e, de 5 a 8 anos, de 52% para 83%.

Dados como esses têm suscitado a seguinte questão: o uso prematuro de tecnologia beneficia ou prejudica o desenvolvimento da criança? “Tudo depende do uso que pais e educadores fazem deles”, responde Andréa Jotta, psicóloga da PUC-SP. “Óbvio que se você oferecer aplicativos que estão de acordo com a faixa etária da criança isso vai despertar o interesse dela e até aí tudo bem. Mas começa a ser ruim quando algo da rotina dela passa a ser vinculado ao uso da tecnologia. Por exemplo, a criança só almoça ou só dorme depois que vê uma historinha no *tablet*”, explica.

Neurologista no Hospital Pequeno Príncipe, Antonio Carlos de Farias manifesta opinião semelhante. Para ele, não se trata de malefícios intrínsecos aos dispositivos eletrônicos, mas da quantidade de tempo que é despendido em seu uso. “É aquela história da diferença entre o remédio e o veneno. Tem de saber dosar, estabelecer um tempo adequado para cada faixa etária”, diz.

Para Luciano Meira, consultor em educação e multimídia do Centro de Estudos e Sistemas Avançados do Recife (CESAR), longe de proibir o uso, o mais adequado é que pais e educadores possam apoiá-lo, orientá-lo. “É a mesma coisa com a tevê. Mas, pelo menos, no caso do *tablet* e outros aparelhos parecidos, há responsividade, uma arquitetura de engajamento, uma imersão em um ambiente mais dinâmico”, pondera. Segundo Meira, não se trata de dar um *tablet* na mão da criança e estabelecer um tempo de uso. “É preciso ter bom senso e não se apropriar da tecnologia de maneira aleatória, mas por meio de uma apropriação dialogada, que visa uma aprendizagem”, alerta.

Na escola, a preocupação deve ser a mesma. “A tecnologia é parte da rotina delas e isso é irreversível, não adianta nadar contra a maré. Eu não posso fazer uma dicotomia entre o que a criança vivencia lá fora e o que a escola apresenta. Essa dicotomia faz com que a criança se desmotive”, defende Quézia Bombonato, psicopedagoga e diretora da Associação Brasileira de Psicopedagogia. Para ela, o ponto-chave da questão é o equilíbrio. “Quando eu coloco o *tablet*, por exemplo, como a única ferramenta a orientar o processo de alfabetização, isso não é legal. É bom que ela tenha a oportunidade de manusear essa ferramenta, mas uma criança de 3 anos precisa de outros estímulos psicocomotores. É preciso prepará-la para a escrita, para segurar um lápis, fazer um recorte e explorar o espaço do papel.”

Essa preocupação é endossada por Rodrigo Nejm, diretor da SaferNet. “Temos acompanhado esse movimento de incorporação dos *tablets* na Educação Infantil e vemos que têm algumas escolas que fazem isso por uma questão de *marketing*, para apresentar isso como um diferencial”, conta. Apesar desses casos, Nejm apoia a tendência.

Entre as recomendações dos especialistas, está evitar o uso por mais de uma hora contínua. “Ficar três, quatro horas conectado direto é péssimo. No máximo, uma hora. Pode até ficar mais se fizer o uso em mais de um turno”, aconselha Farias. Outro aspecto que precisa ser considerado é o horário em que o dispositivo tecnológico é utilizado. Por exemplo, ficar no *tablet* antes de dormir causa estímulo visual excessivo, o que prejudica o sono. “Mas o mais importante é passar para as famílias e educadores que o *tablet* ou qualquer outro recurso tecnológico não são babá eletrônica. Ou seja, não pode cair naquela coisa de dar o aparelho quando precisam de silêncio”, aponta o neurologista.

Vocabulário:

¹ *gadgets*: dispositivo com função específica e útil no cotidiano, a exemplo de celulares entre outros aparelhos.

Thais Paiva
(cartafundamental.com.br)

01. O segundo parágrafo do texto estabelece com o primeiro a seguinte relação:

- A) explicita ideia contrária
- B) indica conclusão improvável
- C) recusa o argumento apresentado
- D) reforça ideia anterior com dados de pesquisa
- E) restringe a discussão aos Estados Unidos da América

02. Todos os elementos a seguir caracterizam o gênero textual reportagem, **exceto**:

- A) citação de especialistas
- B) apresentação de dados
- C) recusa de estrangeirismos
- D) emprego da terceira pessoa
- E) predomínio da função referencial

03. A maior complexidade a que a autora se refere no primeiro parágrafo se deve a:

- A) incapacidade dos pais de estabelecerem limites razoáveis
- B) formulação de orientações inadequadas pelos especialistas
- C) falta de consenso entre os pesquisadores citados na reportagem
- D) desenvolvimento de estratégias de resistência por parte das crianças
- E) presença incontornável dos dispositivos tecnológicos no cotidiano atual

04. A opinião relatada no terceiro parágrafo será reforçada na sequência. O par de palavras que melhor sintetiza essa opinião é:

- A) “dinâmico”/ “tempo”
- B) “remédio”/ “veneno”
- C) “malefícios”/ “intrínsecos”
- D) “engajamento”/ “imersão”
- E) “apropriação”/ “aprendizagem”

05. No quinto parágrafo, a expressão “pelo menos” introduz a seguinte ideia:

- A) os diferentes dispositivos são igualmente prejudiciais à saúde
- B) os aparelhos de tevê possuem efeitos mais fáceis de controlar
- C) as novas tecnologias tornam as crianças muito desobedientes aos pais
- D) as respostas recebidas nas redes sociais não são facilmente identificadas
- E) os aparelhos eletrônicos possuem interatividade superior à oferecida pela tevê

06. O trecho que expressa uma orientação clara dos especialistas aos familiares é:

- A) “Um estudo americano, de 2013, revela que 38% das crianças com menos de 2 anos utilizavam *gadgets*, ante 10%, em 2011”
- B) “o uso prematuro de tecnologia beneficia ou prejudica o desenvolvimento da criança?”
- C) “Por exemplo, a criança só almoça ou só dorme depois que vê uma historinha no *tablet*”
- D) “Para ele, não se trata de malefícios intrínsecos aos dispositivos eletrônicos”
- E) “É preciso ter bom senso e não se apropriar da tecnologia de maneira aleatória”

07. Em relação à escola, aponta-se como negativo o uso da tecnologia como:

- A) fonte de informações novas
- B) dispositivo dinâmico de interação
- C) publicidade para atrair mais clientes
- D) material escolar para consulta eventual
- E) recurso em alternância com outros instrumentos

08. “É a mesma coisa com a tevê”. A palavra “mesmo” é variável na seguinte frase:

- A) Eu não consegui fazer isso agora mesmo.
- B) Mesmo antes da chegada de Eduardo, será necessário iniciar o trabalho.
- C) Laura fez mesmo todas as observações prometidas na reunião.
- D) Paulo mesmo já percebeu essas suas reações.
- E) Andréia tem insistido mesmo nessa resposta.

09. Pode ocorrer o emprego de acento grave em:

- A) “Há tempos a relação entre crianças e tecnologia divide opiniões”
- B) “deixar os pequenos assistirem ou não a tevê”
- C) “Na faixa etária de 2 a 4 anos”
- D) “Dados como estes têm suscitado a seguinte questão”
- E) “quando algo da rotina dela passa a ser vinculado ao uso da tecnologia”

10. No primeiro parágrafo, o emprego do travessão estabelece, com a sequência da frase, a seguinte relação:

- A) especificação de elemento anterior
- B) justaposição de aspectos paradoxais
- C) introdução de uma retificação necessária
- D) reiteração do emprego de um eufemismo
- E) explicitação de uma contradição insuperável

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

11. É uma característica do mandado de segurança:

- A) apresentar um prazo prescricional de 180 dias
- B) ser cabível contra dispositivo de lei em tese
- C) ser admitido, em determinadas hipóteses, contra atos de particular
- D) poder ser impetrado para defesa da liberdade de locomoção
- E) não admitir associações de quaisquer naturezas no polo ativo

12. Dentre os elementos constitutivos do Estado que devem estar presentes na Constituição, é correto apontar:

- A) os limites de atuação da administração pública
- B) as prerrogativas do judiciário
- C) o regime de governo
- D) o território do Estado
- E) a garantia do voto direto e universal

13. Resulta de uma Assembléia Nacional Constituinte e é fruto da representação legítima popular um tipo de constituição que se denomina:

- A) promulgada
- B) aberta
- C) semântica
- D) outorgada
- E) material

14. Pode-se enumerar como competência atribuída constitucionalmente aos municípios, dentre outras, a seguinte:

- A) prestar serviços de gás canalizado
- B) promover a proteção do patrimônio histórico-cultural local
- C) legislar sobre normas gerais de licitações e contratos
- D) instituir e arrecadar o imposto de circulação de mercadorias e serviços – ICMS
- E) autorizar a emissão de moeda

15. Na prática de crimes de responsabilidade impróprios (ilícitos político-administrativos), o prefeito municipal será processado e julgado:

- A) pelo Congresso Nacional
- B) pelo Tribunal de Justiça
- C) pelo Superior Tribunal de Justiça
- D) pelo Tribunal Regional Federal
- E) pela Câmara Municipal

16. Para José Afonso da Silva (*apud* Lenza), as normas constitucionais cuja aplicabilidade é direta, imediata, mas possivelmente não integral, são classificadas como:

- A) ineficazes
- B) definidoras de princípios organizativos
- C) de eficácia contida
- D) programáticas
- E) limitadas

17. Podem propor ação direta de inconstitucionalidade as seguintes autoridades:

- A) entidade de classe de âmbito nacional e governador do Distrito Federal
- B) associação de classe e seção regional da OAB (Ordem dos Advogados do Brasil)
- C) governador de estado e senador da república
- D) prefeito municipal e presidente de partido político
- E) procurador-geral da república e ministro de estado

18. Para anular ato administrativo lesivo à moralidade administrativa, qualquer cidadão dispõe do remédio constitucional denominado:

- A) mandado de segurança
- B) *Habeas data*
- C) ação de improbidade administrativa
- D) ação popular
- E) mandado de injunção

19. Segundo Gasparini, o princípio da administração pública que exige do servidor a utilização de técnicas e conhecimentos necessários para tornar a execução a melhor possível, evitando sua repetição e reclamos dos administrados, denomina-se princípio da:

- A) efetividade
- B) perfeição
- C) eficiência
- D) moralidade
- E) eficácia

20. A autoridade tributária pode revogar atos administrativos que sejam:

- A) vinculados quanto à competência
- B) consumados, cujos efeitos se exauriram
- C) complexos ou compostos
- D) que criem direitos adquiridos
- E) que deleguem atribuições

21. A aplicação de penalidade em forma de multa a um particular contratado para prestar serviços de limpeza à prefeitura municipal configura exercício do tipo de poder administrativo denominado:

- A) hierárquico
- B) de polícia
- C) punitivo
- D) disciplinar
- E) de legalidade

22. A entidade integrante da administração pública indireta que corresponde a um patrimônio público personificado e afetado a um fim é a:

- A) autarquia
- B) empresa pública
- C) fundação pública
- D) agência executiva
- E) sociedade de economia mista

23. Qualificam-se como agências executivas:

- A) as empresas públicas prestadoras de serviço público e autarquias
- B) as autarquias e as fundações públicas
- C) os órgãos públicos e as sociedades de economia mista
- D) as secretarias e as empresas públicas
- E) as ONG e as agências reguladoras

24. Nos termos da Lei Federal nº 8429/92, são atos de improbidade administrativa que causam prejuízo ao erário, dentre outros:

- A) revelar ou permitir que chegue ao conhecimento de terceiro, antes da respectiva divulgação oficial, teor de medida política ou econômica capaz de afetar o preço de mercadoria, bem ou serviço
- B) revelar fato ou circunstância de que o servidor/funcionário tem ciência em razão das atribuições e que deva permanecer em segredo
- C) agir negligentemente na arrecadação de tributo ou renda, bem como no que diz respeito à conservação do patrimônio público
- D) perceber vantagem econômica para intermediar a liberação ou aplicação de verba pública de qualquer natureza
- E) utilizar, em obra ou serviço particular, veículos, máquinas, equipamentos ou material de qualquer natureza, de propriedade ou à disposição de qualquer das entidades mencionadas no art. 1º da referida lei, bem como o trabalho de servidores públicos, empregados ou terceiros contratados por essas entidades

25. O servidor, ao praticar ato de improbidade administrativa que cause prejuízo ao erário, **não** estará sujeito à seguinte penalidade:

- A) multa pecuniária de até 100 (cem) vezes o valor de sua remuneração
- B) suspensão dos direitos políticos de cinco a oito anos
- C) perda do cargo ou função pública
- D) proibição de contratar com a administração pública pelo prazo de cinco anos
- E) proibição de receber benefícios creditícios da administração pública pelo prazo de cinco anos

26. O mérito administrativo alcança os seguintes elementos (ou requisitos) do ato administrativo:

- A) presunção da legalidade e motivo
- B) objeto e tipicidade
- C) forma e competência
- D) motivo e objeto
- E) imperatividade e autoexecutoriedade

27. Nos termos do Código Tributário Nacional, o sujeito passivo da obrigação tributária principal diz-se contribuinte ou responsável. Considera-se responsável:

- A) aquele que tenha relação pessoal e direta com a situação que constitua o respectivo fato gerador
- B) o indicado no contrato de locação como responsável pelo pagamento do IPTU
- C) o adquirente de bem de consumo relativamente ao pagamento do ICMS
- D) os pais, relativamente a bens de consumo adquiridos por seus filhos capazes
- E) aqueles que, sem revestir a condição de contribuintes, sua obrigação decorra de disposição expressa de lei

28. Salvo disposição de lei em contrário, considera-se ocorrido o fato gerador e existentes os seus efeitos na seguinte hipótese:

- A) tratando-se de situação jurídica, desde o momento em que se verifiquem as circunstâncias materiais necessárias a que produza os efeitos que normalmente lhe são próprios
- B) tratando-se de situação de fato, desde o momento em que esteja definitivamente constituída, nos termos de direito aplicável
- C) sendo resolutória a condição, desde o momento da prática do ato ou da celebração do negócio
- D) sendo impeditiva a condição, desde o momento de seu implemento
- E) sendo resolutiva a condição, desde o momento de seu implemento

29. É hipótese de extinção do crédito tributário:

- A) a moratória
- B) a conversão do depósito em renda
- C) o depósito do seu montante integral
- D) as reclamações e os recursos, nos termos das leis reguladoras do processo tributário administrativo
- E) o parcelamento

30. Dentre outras hipóteses previstas no Código Tributário Nacional, o lançamento regularmente notificado ao sujeito passivo só poderá ser alterado em virtude de:

- A) comprovação da incapacidade civil do sujeito passivo
- B) verificação de irregularidade na constituição da pessoa jurídica sobre a qual incide o fato gerador
- C) impugnação do sujeito passivo
- D) iniciativa de ofício do prefeito municipal
- E) parecer do procurador municipal

31. A competência do município para instituir tributos é:

- A) delegável a outra pessoa de direito público caso não disponha de estrutura e pessoal suficiente
- B) uma competência constitucional exclusiva do prefeito
- C) uma atribuição que pode ser delegada a pessoa privada relativamente à atividade de arrecadação e fiscalização
- D) uma função que exclui a capacidade tributária ativa
- E) atribuição constitucional e não implica em delegação de competência o ato que cometer à pessoa jurídica privada a função de arrecadar tributo

32. A espécie de tributo exigido em virtude de valorização imobiliária decorrente de obras públicas é:

- A) a taxa de iluminação pública
- B) a contribuição de melhoria
- C) a taxa de edificação
- D) o imposto sobre o patrimônio
- E) o imposto territorial e predial

33. São tributos de competência da União, dentre outros:

- A) o IOF e o ICMS
- B) o ITR e o ITBI
- C) o IOF e o IPI
- D) o ITCD e o IR
- E) o ITBI e o ISS

34. Não estão sujeitos ao princípio constitucional da anterioridade tributária os seguintes tributos:

- A) imposto sobre a renda – IR e imposto sobre produtos industrializados – IPI
- B) imposto sobre a circulação de mercadorias – ICM e imposto sobre operações financeiras – IOF
- C) contribuições parafiscais da seguridade social e imposto sobre propriedade de veículos automotores – IPVA
- D) impostos extraordinários de guerra – IEG e imposto de importação – II
- E) imposto de exportação – IE e imposto sobre a propriedade territorial urbana – IPTU

35. O objeto e a finalidade da contabilidade são, respectivamente:

- A) o patrimônio; fornecer informações úteis e necessárias à tomada de decisões dos usuários em geral
- B) os bens e serviços; fornecer informações somente aos administradores e ao fisco sobre a situação do patrimônio da entidade
- C) o patrimônio e as atividades; o controle estatístico, econômico e financeiro da entidade
- D) as atividades e os bens tangíveis; fornecer informações úteis e necessárias à tomada de decisões dos usuários em geral
- E) o patrimônio; o controle estatístico, econômico e financeiro da entidade com o fim único de facilitar seu acesso ao crédito

36. A retificação de lançamento é o processo técnico de correção de registro que tenha sido realizado com erro na escrituração contábil da entidade e pode ser feita por meio de:

- A) suplementação e combinação
- B) estorno e combinação
- C) transferência e exclusão
- D) estorno e complementação
- E) complementação e exclusão

37. A compra à vista de computadores gera um lançamento contábil:

- A) de primeira fórmula, em contas do ativo
- B) de segunda fórmula, em contas do ativo e do passivo
- C) de primeira fórmula, em contas do passivo
- D) de terceira fórmula, em contas do ativo
- E) de quarta fórmula, em contas do ativo e do passivo

38. A Cia. Mahagatha adquiriu, para serem vendidas, mercadorias no valor de R\$ 300.000,00 pagos à vista, em 01/10/2015. Nesse valor estavam inclusos tributos recuperáveis no valor de R\$ 20.000,00, mas ainda foram pagos R\$ 8.000,00 de frete. A empresa vendeu metade das mercadorias à vista por R\$ 240.000,00, e sobre a operação incidiu ICMS de R\$ 30.000,00 e pagamento de comissão ao vendedor de R\$ 4.000,00. Com base somente nessas informações, constata-se que o valor do lucro bruto da Cia. Mahagatha no mês de outubro de 2015 foi de R\$:

- A) 66.000,00
- B) 70.000,00
- C) 74.000,00
- D) 58.000,00
- E) 60.000,00

39. A Cia. Belê apresentava um estoque de mercadorias no valor de R\$ 40.000,00 em 01/05/2015. No mês de maio, foram realizadas as seguintes transações:

- I- aquisição de mercadorias no valor de R\$ 25.000,00
- II- pagamento de fretes sobre transporte de mercadorias compradas no valor de R\$ 3.000,00
- III- tributos recuperáveis sobre as compras de R\$ 2.000,00
- IV- tributos não recuperáveis sobre as compras no valor de R\$ 1.500,00
- V- vendas totais no valor de R\$ 70.000,00 (inclusive de um imóvel da empresa)
- VI- frete sobre vendas no valor de R\$ 4.000,00
- VII- estoque de mercadorias em 30/05/15 de R\$ 38.000,00

Considerando essas operações, o valor do custo das mercadorias vendidas pela Cia. Belê no mês de maio de 2015 foi de R\$:

- A) 33.500,00
- B) 28.000,00
- C) 29.500,00
- D) 28.500,00
- E) 30.500,00

40. O princípio contábil que afirma a autonomia patrimonial e a necessidade de diferenciação de um patrimônio particular no universo dos patrimônios existentes é o princípio da:

- A) entidade
- B) oportunidade
- C) competência
- D) continuidade
- E) legitimidade

41. Sobre a interpretação e integração da legislação tributária municipal, pode-se afirmar que:

- A) emprego da analogia poderá resultar na exigência de tributo não previsto em lei
- B) emprego da equidade poderá resultar na dispensa do pagamento de tributo devido
- C) os costumes, a equidade e a analogia são formas de integração da legislação tributária
- D) os princípios gerais de direito privado utilizam-se para definição dos respectivos efeitos tributários
- E) a lei tributária não pode alterar a definição, o conteúdo e o alcance de institutos, conceitos e formas de direito privado

42. São formas de extinção do crédito tributário:

- A) a isenção e a anistia
- B) a moratória e a dação em pagamento
- C) os recursos administrativos e o pagamento
- D) a conversão do depósito em renda e a transação
- E) a prescrição e o depósito do montante integral

43. Existindo simultaneamente dois ou mais débitos vencidos do mesmo sujeito passivo, relativos ao mesmo ou a diferentes tributos ou provenientes de penalidade pecuniária ou acréscimos moratórios, a autoridade administrativa competente para receber o pagamento determinará a respectiva imputação, obedecidas as seguintes regras, na ordem em que estão enumeradas:

- A) em primeiro lugar, aos débitos por obrigação própria, e em segundo lugar aos decorrentes de responsabilidade tributária
- B) primeiramente aos impostos e depois às contribuições de melhoria e as taxas
- C) na ordem decrescente dos prazos de decadência e de prescrição, conforme o caso
- D) na ordem crescente dos montantes
- E) primeiramente aos de responsabilidade dos idosos, conforme legislação em vigor

44. A Lei Complementar nº 01, de 11 de dezembro de 1998, que institui o Código Tributário Municipal, permite que, no processo administrativo referente ao crédito tributário, o parcelamento seja admitido em até:

- A) 60 meses
- B) 50 meses
- C) 36 meses
- D) 24 meses
- E) 12 meses

45. Nos termos do Código Tributário Municipal, a incidência do imposto sobre serviços de qualquer natureza (ISSQN) independe:

- A) da existência de relação de emprego
- B) do tipo de atividade comercial exercida
- C) do resultado contábil e administrativo obtido
- D) da destinação dos serviços
- E) dos bens industrializados produzidos

46. Nos termos do Código Tributário Municipal, são isentos do imposto sobre serviços de qualquer natureza (ISSQN):

- A) as empresas prestadoras de serviços de limpeza no município
- B) as associações de classe e os sindicatos, exceto quanto aos serviços prestados aos não sócios
- C) os serviços de carpintaria prestados por profissionais liberais, exceto quando o tomador de serviços for entidade da administração indireta municipal
- D) os serviços de estacionamento
- E) os serviços de pintura e de construção civil prestados por profissionais liberais

47. Para os efeitos do imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana (IPTU), entende-se como zona urbana toda área em que existam melhoramentos indicados em pelo menos 2 (dois) dos critérios estabelecidos no Código Tributário Municipal, construídos ou mantidos pelo Poder Público, dentre os quais destaca-se:

- A) meio-fio ou calçamento, exceto canalização de águas pluviais
- B) abastecimento de água e de gás canalizado
- C) sistema de esgotos sanitários e infraestrutura de telecomunicações
- D) rede de iluminação pública, desde que apresente posteamento para distribuição domiciliar
- E) escola primária ou posto de saúde a uma distância máxima de 3 (três) quilômetros do imóvel considerado

48. O fato gerador do imposto sobre a transmissão inter vivos de bens imóveis e de direitos a eles relativos inclui:

- A) a transmissão, a qualquer título, da propriedade ou do domínio útil de bens móveis por natureza ou por acessão física, como definidos na lei civil
- B) a cessão de direitos relativos às transmissões de bens móveis e direitos autorais
- C) a transmissão, a qualquer título, de direitos reais sobre imóveis, exceto os direitos reais de garantia
- D) transferência de bem ou direito do patrimônio de pessoa jurídica para o de qualquer um de seus sócios, acionistas ou a execução dos respectivos sucessores
- E) a transmissão, a qualquer título, de bens imóveis e a dação em pagamento de bens móveis

49. Será suspenso o pagamento do imposto relativo à aquisição de imóvel, ou de direito real, sobre imóvel destinado à instalação de:

- A) entidades sindicais de empregadores oficialmente reconhecidas, qualquer que seja sua finalidade
- B) federações e confederações da indústria, mesmo com fins lucrativos
- C) associações de moradores ainda quando a destinação do imóvel ou a finalidade da entidade adquirente for modificada ou desvirtuada
- D) entidades sindicais de trabalhadores oficialmente reconhecidas, desde que destinado à sua sede ou a fins de natureza assistencial, cultural, recreativa ou desportiva
- E) empresas comerciais e industriais que gerarem mais de um mil empregos no município

50. A aposentadoria voluntária do servidor público municipal se dará:

- A) aos 70 anos de idade, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição
- B) aos 75 anos de idade na forma da Lei Complementar
- C) aos 30 anos de efetivo exercício em funções de magistério, se professor, e 25 se professora, com proventos integrais
- D) aos 35 anos de serviço, se mulher, e aos 30, se homem, com proventos integrais
- E) aos 60 anos de idade, se homem, e aos 50, se mulher, com proventos proporcionais ao tempo de serviço ou de contribuição

PROVA DISCURSIVA

Utilize o espaço disponível para rascunho neste Caderno de Questões e transcreva o seu texto para o local indicado no Caderno de Prova Discursiva.

Produza um texto, utilizando o mínimo de 30 (trinta) e o máximo de 40 (quarenta) linhas, que atenda a proposta apresentada a seguir.

Tema

Um tema central para o adequado exercício da fiscalização tributária diz respeito à obrigação tributária.

Nesse sentido, elabore um texto dissertativo sobre o tema "obrigação tributária". Na dissertação, deve-se apresentar o seguinte:

1. Definição de obrigação;
2. Conceitos de obrigação principal e de obrigação acessória, conforme o Código Tributário Nacional;
3. Conceituar os fatos geradores em matéria de obrigação tributária, citando exemplos.

Responder segundo os itens indicados observando a Lei Orgânica do Município de Saquarema.

GRADE DE AVALIAÇÃO	
CONTEÚDO/CRITÉRIO	PONTUAÇÃO
A- Definição de obrigação	0 a 5
B- Conceito de obrigação principal e acessória em conformidade com o Código Tributário Nacional	0 a 15
C- Conceito de fato gerador em matéria de obrigação tributária e sua adequação aos respectivos exemplos	0 a 10
D- Clareza, coesão e coerência	0 a 5
E- Correção gramatical	0 a 5